Boletim de Jurisprudência

Turmas

Secretaria de Documentação
Serviço de Jurisprudência e Divulgação
Setor de Divulgação

27/2009

As ementas contidas neste boletim se constituem em publicação oficial deste Tribunal. O inteiro teor dos acórdãos, oferecido através de "links" de acesso rápido, é meramente informativo e ferramenta auxiliar, cuja validação para os fins legais poderá ser obtida junto ao Setor de Referência do Serviço de Jurisprudência e Divulgação deste Tribunal.

APOSENTADORIA

Efeitos

APOSENTADORIA. UNICIDADE CONTRATUAL. EFEITOS. É de se reconhecer que a concessão de aposentadoria sem desligamento do emprego não acarreta a extinção do contrato de trabalho, porquanto com o advento da Lei nº 8.213/91, a inatividade, ou seja, o desligamento do emprego deixou de ser um dos requisitos necessários à aquisição do direito à aposentadoria. A partir da edição da norma sob comento, a aposentadoria especial passou a constituir um benefício pecuniário desvinculado do conceito de inatividade. Em razão de deixar de existir o requisito do desligamento do emprego, cessou qualquer correlação entre as legislações previdenciária e trabalhista quanto à extinção do vínculo laboral, matéria esta afeita ao Direito do Trabalho. O art. 453 da CLT, "caput", com a redação dada pela Lei nº 6.204 de 29.04.75, ao se referir à aposentadoria espontânea é coerente com a legislação previdenciária vigente à época, que impunha como condição para a concessão do benefício, a desvinculação do emprego. Considerando-se que a Lei nº 8.213/91 revogou a anterior e dispensou a ruptura contratual como requisito, é de se reconhecer que a aposentadoria espontânea não configura causa de extinção do vínculo empregatício. Em suma, a concessão do benefício pertinente à aposentadoria por tempo de serviço configura uma relação entre o segurado e a autarquia e não interfere na avença do trabalho, denominado, pela doutrina de "contrato realidade". No mesmo sentido, a recente decisão do C. STF na Ação Direta de Inconstitucionalidade, considerando inconstitucional o parágrafo 2º do art. 453 da CLT, a qual, inclusive, acarretou o cancelamento da Orientação Jurisprudencial nº 177 do C. TST. (TRT/SP - 00200200737202004 - RO - Ac. 4ªT [20090306052](#) - Rel. Paulo Augusto Camara - DOE 08/05/2009)

COMPETÊNCIA

Contribuição previdenciária

Cobrança de contribuições previdenciárias decorrentes do vínculo de emprego reconhecido. Interpretação do STF afastando a competência da Justiça do Trabalho. Sentença reformada. (TRT/SP - 01965200701802001 - AP - Ac. 3ªT [20090317917](#) - Rel. Maria de Lourdes Antonio - DOE 08/05/2009)

VÍNCULO RECONHECIDO EM SENTENÇA. EXECUÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. "A competência atribuída à Justiça do Trabalho, pelo artigo 114, VIII, da Constituição Federal, quanto à execução das parcelas previdenciárias, limita-se às sentenças condenatórias em pecúnia que proferir e aos valores objetos de acordo homologado, que integrem o salário de contribuição, excluída a cobrança das parcelas previdenciárias decorrentes de todo o período laboral." (TRT/SP - 01868200644302000 - AP - Ac. 3ªT [20090322937](#) - Rel. Ana Maria Contrucci Brito Silva - DOE 08/05/2009)

INDENIZAÇÃO POR PERDAS E DANOS DESVINCULADA DE RELAÇÃO DE TRABALHO OU DE EMPREGO - INCOMPETÊNCIA MATERIAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO - TRABALHO AUTÔNOMO - INCIDÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

SOBRE O VALOR TOTAL AVENÇADO. A Justiça do Trabalho não detém competência material para a homologação de acordos que não envolvam relação de trabalho, lato sensu, sendo esta a pedra de toque para o estabelecimento da competência, ainda que considerado o estendimento gerado através da Emenda Constitucional nº 45/2004. Se o pedido da exordial oscila em torno de verbas trabalhistas, não é crível que a relação jurídica mantida entre as partes não tenha sido, ao menos, de trabalho. É plenamente admissível eventual discussão acerca do enquadramento jurídico da relação mantida, ou seja, vínculo empregatício ou trabalho autônomo. No entanto, não há como ser admitida, em sede de acordo, a alegação de que não houve nenhuma relação de trabalho entre as partes, pois se assim fosse, o feito não poderia, sequer, ter sido dirimido por esta Justiça Especializada. Estabelecido que a relação jurídica mantida entre as partes foi a de trabalho autônomo, a contribuição previdenciária deve incidir sobre o valor total avençado, com responsabilidade exclusiva do empregador, ante os termos do artigo 121, inciso II, do Código Tributário Nacional e artigos 30, inciso I e 33, parágrafo 5º, da Lei nº 8.212/91. (TRT/SP - 01445200801402004 - RS - Ac. 4ªT [20090260842](#) - Rel. Paulo Augusto Camara - DOE 08/05/2009)

DANO MORAL E MATERIAL

Geral

DANO MORAL. DOENÇA AGRAVADA PELO TRABALHO. SITUAÇÃO QUE NÃO EXIME A EMPREGADORA DE RESPONSABILIDADE CIVIL. Comprovado o agravamento de doença degenerativa por conta do trabalho desempenhado na empregadora, subsiste o dever de indenizar por danos morais, à medida da incapacidade. (TRT/SP - 02289200708402009 - RO - Ac. 4ªT [20090309710](#) - Rel. Sergio Winnik - DOE 08/05/2009)

1. **DANO MORAL. RESTRIÇÃO AO USO DO BANHEIRO. OFENSAS VERBAIS. INDENIZAÇÃO DEVIDA.** Confirmando a prova dos autos, a adoção pela reclamada, de forma injuriosa de gestão, valendo-se de prática de constrangimento moral imposto por superiora hierárquica, a par da restrição ostensiva ao uso do banheiro, é de se manter decisão que deferiu ao obreiro indenização por dano moral. In casu, fosse instituído o erguimento da bandeira vermelha no local de trabalho apenas para alertar que o sanitário estava ocupado, ainda se poderia tolerar. Todavia, a prova oral indicou que a sinalização foi implantada com vistas a impedir, nos momentos de serviço intenso, o impostergável alívio das necessidades fisiológicas do trabalhador, procedimento este de todo abusivo e humilhante, e incompatível com a dignidade da pessoa humana. Recurso patronal a que se nega provimento. 2. **EQUIPARAÇÃO. PARADIGMA COM MELHOR PERFORMANCE. DIFERENÇAS SALARIAIS INDEVIDAS.** Confessando o reclamante, em depoimento pessoal, que o paradigma apresentava melhor performance que ele (maior volume de vendas e metas), é forçoso concluir que não havia identidade quanto à produtividade ou qualidade dos serviços, estando justificada a desigualdade salarial praticada pelo empregador. (TRT/SP - 02067200705502000 - RO - Ac. 4ªT [20090312257](#) - Rel. Ricardo Artur Costa e Trigueiros - DOE 08/05/2009)

EMPRESA (SUCESSÃO)

Responsabilidade da sucessora

SUCESSÃO TRABALHISTA. VARIG LOGÍSTICA S/A. Trata-se de fato público e notório que a Varig Logística S/A adquiriu parte da unidade produtiva da Varig S/A

Viação Aérea Rio-Grandense, uma vez que nos autos da Ação de Recuperação Judicial, arrematou bens e direitos relacionados a marcas de titularidade das empresas recuperandas, assumindo o passivo da empresa. O parágrafo único do art. 60 da Lei 11.101/05 há de ser interpretado dentro do contexto sob o qual se insere, qual seja, o fim precípuo do processo de recuperação judicial, que objetiva resguardar a saúde financeira das empresas nos momentos de crise através da sua recuperação, salvando empregos e salários. Contudo, referido artigo não exclui a responsabilidade pelas obrigações trabalhistas, porquanto não as excepciona textualmente. Como é cediço, a sucessão para fins trabalhistas está definida nos arts. 10 e 448 da CLT, e neste sentido, as obrigações trabalhistas são transferidas para o adquirente. Tanto que o art. 141, II, da Lei 11.101/05, ao dispor sobre a alienação na falência, excepciona expressamente as obrigações trabalhistas. Realizando uma interpretação hermenêutica da Lei 11.101/05, depreende-se que o legislador vedou a sucessão tão somente nos casos de falência, mas não de recuperação judicial; se quisesse isentar o adquirente das obrigações trabalhistas, teria sido expreso quanto a elas no art. 60 da lei. (TRT/SP - 00652200703702004 - RO - Ac. 4ªT [20090309809](#) - Rel. Sergio Winnik - DOE 08/05/2009)

EQUIPARAÇÃO SALARIAL

Identidade funcional

EQUIPARAÇÃO. CARGOS DISTINTOS COM FUNÇÕES IDÊNTICAS. SALÁRIO IGUAL. A equiparação se faz por função e não por cargo, sendo irrelevante o nomen juris adotado pela empresa. Assim, funções idênticas, sem que entre elas se interponha qualquer óbice de natureza legal não podem autorizar a diferença salarial impingida ao empregado. Inteligência do artigo 461 da CLT. (TRT/SP - 01074200822102005 - RS - Ac. 4ªT [20090312230](#) - Rel. Ricardo Artur Costa e Trigueiros - DOE 08/05/2009)

EXECUÇÃO

Fraude

AGRAVO DE PETIÇÃO. EMBARGOS DE TERCEIRO. ALIENAÇÃO DE IMÓVEL PELOS SÓCIOS. O art. 593, caput e inciso II do CPC dispõe: "considera-se fraude de execução a alienação ou oneração de bens, quando, ao tempo da alienação ou oneração, corria contra o devedor demanda capaz de reduzi-lo à insolvência". A melhor exegese a ser extraída da lei é se perquirir a intenção do devedor: se tinha conhecimento da ação que contra ele estava em andamento no momento da alienação de bens. Outrossim, o domínio do imóvel não pode ser considerado manso e pacífico quando é fruto de uma fraude à execução engendrada pelo sócio de empresa em execução trabalhista colimando prejudicar créditos de natureza alimentar, como no caso vertente. Agravo de petição a que se nega provimento. (TRT/SP - 00245200846102004 - AP - Ac. 4ªT [20090313784](#) - Rel. Wilma Nogueira de Araujo Vaz da Silva - DOE 08/05/2009)

Recurso

AGRAVO DE PETIÇÃO. NÃO CONHECIMENTO. Encontra óbice na Súmula nº 422 do C. TST, o conhecimento do Agravo de Petição, quando o recorrente apresenta razões recursais divorciadas dos fundamentos utilizados pela r. sentença exequenda. Recurso não conhecido. (TRT/SP - 00112200307402007 - AP - Ac. 3ªT [20090322791](#) - Rel. Maria Doralice Novaes - DOE 08/05/2009)

FALÊNCIA

Contribuição previdenciária

CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. EXECUÇÃO. MASSA FALIDA. HABILITAÇÃO NO JUÍZO FALIMENTAR. Os valores referentes às contribuições previdenciárias decorrentes de créditos trabalhistas já reconhecidos pela Justiça do Trabalho, e devidos pela massa falida, devem ser habilitados no Juízo Falimentar, por se tratar de contribuições acessórias aqueles. Agravo de Petição não provido. (TRT/SP - 00140200031102003 - AP - Ac. 3ªT [20090322821](#) - Rel. Maria Doralice Novaes - DOE 08/05/2009)

Recuperação Judicial

RECUPERAÇÃO JUDICIAL. Créditos trabalhistas. Prosseguimento da execução da Justiça do Trabalho. A Recuperação judicial não se equipara à falência. O crédito trabalhista é privilegiado, reconhecido pela Constituição (art. 100), e pela Lei de Recuperação Judicial, ainda mais se o montante é inferior a cento e cinquenta salários mínimos, como é o caso dos autos. O Código Tributário Nacional consagra tal entendimento no art. 186, assim com a Lei de Recuperação Judicial deixa claro que a suspensão das execuções não se aplica às ações trabalhista (art. 6º, e 7º Lei 11.101/2005). É absolutamente legal a penhora de bens da ré para pagamento de créditos trabalhistas. (TRT/SP - 01158200743102001 - AP - Ac. 4ªT [20090313725](#) - Rel. Ivani Contini Bramante - DOE 08/05/2009)

JORNADA

Mecanógrafo e afins

OPERADOR DE TELEMARKETING. DIGITADOR. SERVIÇOS DIVERSOS. Serviços de digitação são aqueles que envolvem operações de entrada de dados no sistema de processamento eletrônico, executadas permanentemente e consecutivamente para alimentação de um sistema sujeito ao controle da produção através do número de toques sobre o teclado. Trata-se de função mecânica que prescinde de raciocínio ou exercício de inteligência, envolvendo tão-somente movimentos físicos repetitivos. A reclamante se ativava no contato com o cliente e não de forma exclusiva e permanente na digitação de dados, não se enquadrando no conceito específico de digitadora. Assim, não faz jus ao intervalo de dez minutos a cada noventa trabalhados, previsto no art. 72 da CLT. (TRT/SP - 01143200800502005 - RS - Ac. 4ªT [20090309469](#) - Rel. Carlos Roberto Husek - DOE 08/05/2009)

MÃO-DE-OBRA

Locação (de) e Subempreitada

RESTAURANTE ESTABELECIDO NAS DEPENDÊNCIAS DE CLUBE DE RECREAÇÃO - APROVEITAMENTO DA ATIVIDADE COMERCIAL PELO CLUBE - PRETENSO CONTRATO DE LOCAÇÃO - AUSÊNCIA DE AUTONOMIA INERENTE À LOCAÇÃO - PODER DE FISCALIZAÇÃO DO CLUBE E ASSUNÇÃO DE RESPONSABILIDADE PELOS CONTRATOS DE TRABALHO - RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. É público e notório que um clube de recreação é ambiente dedicado à diversão e lazer, auferindo benefícios da existência de um restaurante em suas dependências, que atenda às necessidades dos sócios. O restaurante beneficia-se do consumo, e o clube, pelo aumento das

opções oferecidas aos associados e freqüentadores, o que enaltece sua imagem e favorece a consecução de seu objeto social. Nesse contexto, eventual contrato de locação deve ser apreciado conforme essas peculiaridades. Se pelas cláusulas do pretense contrato de locação constata-se a ausência de autonomia comercial, através da agregação ao patrimônio do clube de vantagens vinculadas ao exercício do comércio, do poder fiscalizatório do clube em relação aos preços praticados e em relação aos contratos de trabalho, inclusive com a fixação de responsabilidade do locador pelas despesas oriundas dos contratos de trabalho, exsurge a responsabilidade trabalhista subsidiária do clube, na qualidade de tomador de serviços, nos termos da Súmula 331, inciso IV, do C. TST, já que não se trata de locação comercial pura e simples. (TRT/SP - 00454200606002007 - RO - Ac. 4ªT [20090306087](#) - Rel. Paulo Augusto Camara - DOE 08/05/2009)

NOTIFICAÇÃO E INTIMAÇÃO

Efeitos

Ausência de intimação da União Federal (INSS) para manifestação sobre os cálculos. Nulidade. Inexistente a intimação da União Federal (INSS) para se manifestar acerca dos cálculos da contribuição previdenciária, nulo o processo a partir da decisão homologatória., na parte referente aos créditos previdenciários. (TRT/SP - 00548200401802009 - AP - Ac. 3ªT [20090308756](#) - Rel. Silvia Regina Pondé Galvão Devonald - DOE 08/05/2009)

PRAZO

Início da contagem e forma

RETIRADA DOS AUTOS PELO ADVOGADO -RETIRADA MOTIVADA POR RECURSO - PRAZO PARA DEVOLUÇÃO. Quando o artigo 40 do CPC, no inciso II, estipula o prazo de 5 dias, refere-se a retirada genérica de autos, para qualquer finalidade. Quando a retirada tem por finalidade a redação de recurso ou contra-razões, o prazo há que ser o mesmo do recurso, incidindo, no caso, a regra do inciso III e não a do inciso II. O prazo legal a que se refere o inciso III é, obviamente, o mesmo previsto para o ato que originou a retirada dos autos, porque seria absurdo a lei estipular um prazo de 8 dias para recorrer e apenas 5 dias para a parte permanecer com os autos, quando não se trate de prazo comum. (TRT/SP - 00129200608902006 - RO - Ac. 6ªT [20090311722](#) - Rel. Manoel Antonio Ariano - DOE 08/05/2009)

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Contribuição. Cálculo e incidência

Contribuição previdenciária. Juros e multa. Somente se poderá falar na incidência de juros e multa no momento em que, havendo efetivo pagamento dos valores devidos ao trabalhador, não for quitado o crédito previdenciário. (TRT/SP - 02874199831102001 - AP - Ac. 3ªT [20090308764](#) - Rel. Silvia Regina Pondé Galvão Devonald - DOE 08/05/2009)

Sentença declaratória de vínculo. Não executividade de contribuição previdenciária. Havendo apenas reconhecimento de vínculo, sem expressa imposição de parcelas de direito material, não há amparo legal para execução de contribuição ao INSS na Justiça do Trabalho. RE 569.056, do STF (11.09.08) (TRT/SP - 01300200601702000 - AP - Ac. 3ªT [20090308829](#) - Rel. Silvia Regina Pondé Galvão Devonald - DOE 08/05/2009)

CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. FATO GERADOR. No caso de direitos reconhecidos em ação trabalhista, o fato gerador da contribuição previdenciária é a determinação de efetivo pagamento em Juízo dos valores devidos ao trabalhador e que se caracterizem como salário-de-contribuição, momento a partir do qual é que deve ser observada a legislação previdenciária aludida no art. 879, parágrafo 4º da CLT. Portanto, somente a partir desse momento, se não quitado o crédito previdenciário é que poder-se-á falar na incidência de juros e multa. (TRT/SP - 00598200123102000 - AP - Ac. 3ªT [20090322961](#) - Rel. Mercia Tomazinho - DOE 08/05/2009)

FATO GERADOR DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. COBRANÇA DE OFÍCIO. REGIME DE CAIXA. O fato gerador da contribuição previdenciária é o acordo ou a sentença condenatória, quando houve efetiva constituição do crédito trabalhista, que se revela como hipótese de incidência do tributo previdenciário, com a determinação de recolhimento das contribuições previdenciárias incidentes sobre as parcelas de condenação ou acordo que as tornaram exigíveis, aplicando-se o regime de caixa (a partir da constituição do crédito) e não o regime de competência (a partir da vigência da relação laboral). (TRT/SP - 01684200504702002 - AP - Ac. 4ªT [20090258910](#) - Rel. Ricardo Artur Costa e Trigueiros - DOE 08/05/2009)

Contribuição. Incidência. Acordo

Contribuições previdenciárias. Acordo firmado não com a empregadora, mas com a empresa que se alega tomadora dos serviços, em relação a qual não há prova da prestação de serviços. O valor pago em audiência não guarda qualquer relação com salários e tampouco pode ser considerado como salário de contribuição, nos moldes do art.28, da Lei 8.212/1991. Apelo a que se nega provimento. (TRT/SP - 00212200808102006 - RO - Ac. 3ªT [20090263680](#) - Rel. Mercia Tomazinho - DOE 08/05/2009)

ACORDO POSTERIOR AO TRÂNSITO EM JULGADO. INCIDÊNCIA DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. DIREITOS PRESERVADOS. Se da sentença homologatória de acordo que determinou o recolhimento das contribuições previdenciárias sobre o total da avença sobrevier um novo acordo, este último não poderá prejudicar o credor previdenciário cujo crédito emerge da sentença transitada em julgado e não do novo acordo homologado. Recurso provido. (TRT/SP - 02018200546102000 - AP - Ac. 3ªT [20090322732](#) - Rel. Maria Doralice Novaes - DOE 08/05/2009)

RECURSO ORDINÁRIO. ACORDO FIRMADO EM AUDIÊNCIA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA INDEVIDA: O acordo firmado em audiência que prevê o pagamento de indenização por danos morais, cujo pedido constou da inicial, não está sujeito à incidência de contribuição previdenciária, vez que possui caráter indenizatório, sendo irrelevante a natureza dos serviços prestados em tais hipóteses, pois, com ou sem reconhecimento de vínculo, não haveria cobrança da parcela previdenciária. Recurso ao qual se nega provimento. (TRT/SP - 02461200708402004 - RO - Ac. 4ªT [20090260818](#) - Rel. Wilma Nogueira de Araujo Vaz da Silva - DOE 08/05/2009)

Domésticos

Contribuições do INSS. Trabalho sem vínculo de emprego prestado no âmbito doméstico. Na prestação de serviços de natureza doméstica, na condição de diarista, sem vínculo empregatício, não há que se cogitar de incidência da

contribuição previdenciária sobre o valor acordado, pois o tomador de serviços não se enquadra como contribuinte, nos termos do artigo 1º, inciso I, da Lei Complementar n.º 84/1996 e artigo 15 da Lei n.º 8.212/1991. Quanto ao prestador de serviços, o mesmo recolhe a contribuição por iniciativa própria (artigo 30, inciso II, da Lei n.º 8.212/91). (TRT/SP - 01520200730102004 - RO - Ac. 3ªT [20090263701](#) - Rel. Mercia Tomazinho - DOE 08/05/2009)

Acordo estabelecido em processo onde se discute vínculo de emprego doméstico. Acordo quitando a relação jurídica. Não ocorre incidência de contribuição previdenciária, pois o tomador de serviços não se enquadra como contribuinte individual. (TRT/SP - 00354200830102000 - RS - Ac. 3ªT [20090317925](#) - Rel. Maria de Lourdes Antonio - DOE 08/05/2009)

PROCESSO

Princípios (do)

CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. FATO GERADOR. ENCARGOS. SUPERVENIÊNCIA DA EDIÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 449, DE 03.12.2008. PRINCÍPIO DA IRRETROATIVIDADE DAS LEIS. O fato gerador das cotas sociais é o crédito trabalhista judicial fixado, de natureza remuneratória, incontroverso e à disposição do reclamante nos autos. As regras processuais determinam o cálculo e atualização 'das contribuições previdenciárias devidas', vez que as penas pecuniárias previstas em lei só podem ser aplicadas pela autoridade administrativa competente (e não judiciária) na época da infração (inteligência dos arts. 832, parágrafo 3º; e 879 e seus parágrafo parágrafo, ambos da CLT; e art. 33 e seus parágrafo parágrafo da Lei nº 8.212/91). A edição superveniente da Medida Provisória nº 449, de 03.12.2008, e em sentido contrário, não beneficia o INSS, sob pena de ferir o princípio da irretroatividade das leis. (TRT/SP - 01222200804902000 - RO - Ac. 8ªT [20090264015](#) - Rel. Rovirso Aparecido Boldo - DOE 24/04/2009)

RADIODIFUSÃO

Radialista

ACÚMULO DE FUNÇÕES. CABIMENTO DE FIXAÇÃO DE ADICIONAL. O contrato de trabalho é sinalagmático, caracterizando-se pela reciprocidade entre as obrigações contratuais. Deve haver um equilíbrio entre as prestações, sob pena de se causar o enriquecimento ilícito do empregador. Outrossim, devem ser observados os princípios da boa-fé contratual e da equivalência das prestações. O exercício de tarefas alheias àquelas inerentes à função do empregado deve ser remunerado, consoante disposto nos artigos 884 e 422 do Código Civil. Hipótese em que, nos termos do art. 8º da CLT, é aplicável, por analogia, o art. 13 da Lei 6615/78, que prevê o direito ao recebimento de adicional de acúmulo de funções de 10%, 20% ou 40%, para o radialista, conforme os critérios definidos em lei. Cabe ao magistrado, com base no princípio da razoabilidade, e considerando os elementos probatórios de cada caso concreto, fixar o adicional. (TRT/SP - 02319200631102000 - RO - Ac. 4ªT [20090313709](#) - Rel. Ivani Contini Bramante - DOE 08/05/2009)

SALÁRIO (EM GERAL)

Desconto. Dano do empregado

DESCONTOS SALARIAIS. PREVISÃO NO CONTRATO DE TRABALHO. LEGITIMIDADE. A inobservância de regras internas estabelecidas pelo empregador para o bom funcionamento do estabelecimento comercial pode acarretar o desconto salarial no caso de dano causado pelo empregado, desde que previsto no contrato de trabalho. Inteligência do art. 462, parágrafo 1º da CLT. (TRT/SP - 00764200837102001 - RO - Ac. 4ªT [20090309701](#) - Rel. Sergio Winnik - DOE 08/05/2009)

SERVIDOR PÚBLICO (EM GERAL)

Regime jurídico. CLT e especial

FUNDAÇÃO INSTITUÍDA POR ENTE PÚBLICO. INSTITUIÇÃO DE ENSINO. PROFESSOR SUBSTITUTO TEMPORÁRIO. PRORROGAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO. INADMISSIBILIDADE. O contrato de trabalho por prazo determinado de professor substituto, para ocupar as funções do catedrático efetivo licenciado, não pode ser prorrogado por única vez e nem ser declarado de prazo indeterminado na forma dos arts. 445 e 451 da CLT. Ainda que o pacto laboral tenha sido firmado sob a égide da CLT, os princípios constitucionais e legais destinados aos empregados públicos não podem ser desrespeitados. Óbice no art. 37, 'caput' e incisos II e IX, da CF/88; princípios insculpidos na Lei nº 8.745, de 09.12.1993 (art. 2º, inciso IV e parágrafo 1º; 4º, II, - inciso este último com a redação dada pela Lei nº 10.667, de 14.05.2003, e alterada pela Lei nº 11.784, de 22.09.2008 - e, art. 9º); e art. 1º, parágrafo parágrafo 2º e 4º, da Lei nº 9.601, de 21.01.1998. (TRT/SP - 00919200643302000 - RO - Ac. 8ªT [20090236410](#) - Rel. Rovirso Aparecido Boldo - DOE 07/04/2009)

TEMPO DE SERVIÇO

Adicional e gratificação

Adicional por tempo de serviço. Incidência. Remuneração. Ausência de previsão legal. O ATS é verba de natureza salarial, com reflexo nos títulos salariais e legais. A se entender a remuneração como base de cálculo dos quinquênios (ATS), haveria a natural incidência de reflexos sobre reflexos, hipótese que não possui amparo legal. Nos termos do artigo 37, inciso XIV, da Constituição Federal, infere-se que o legislador constituinte estabeleceu óbice à inserção de adicionais na base de cálculo de vantagens pecuniárias posteriormente concedidas. Ainda que menos específica que a Lei Maior do Estado de São Paulo, a Constituição Federal veda indistintamente a possibilidade de verba de cunho personalíssimo ser acumulada ou mesmo computada para servir de base de cálculo a outra verba de caráter pessoal. A base de cálculo do adicional por tempo de serviço é o salário básico (TRT/SP - 00986200700702006 - RO - Ac. 8ªT [20090236836](#) - Rel. Rovirso Aparecido Boldo - DOE 07/04/2009)